



ORDEM DOS  
REVISORES OFICIAIS  
DE CONTAS

Integridade. Independência. Competência.

# PROGRAMA FORMATIVO PARA MAGISTRADOS

No âmbito dos FEEI  
(Fundos Europeus Estruturais e de Investimento)



ORDEM DOS  
REVISORES OFICIAIS  
DE CONTAS

Integridade. Independência. Competência.

## TEMA

“A perceção dos factos através da análise da informação financeira das entidades visadas pela investigação”



ORDEM DOS  
REVISORES OFICIAIS  
DE CONTAS

Integridade. Independência. Competência.

# Partes essenciais da abordagem do tema



- A. Intervenção das entidades públicas durante a execução (física e financeira) do projeto.
- B. Organização e controlo instituídos pelo beneficiário do subsídio atribuído ao projeto.
- C. Auditoria e fraude
- D. Investigação da fraude
- E. Indícios de fraude
- F. Designações oficiosas (OROC)
- G. Possível colaboração da Ordem com o Ministério Público



# **A. Intervenção das entidades públicas durante a execução (física e financeira) do projeto.**

## **Controlo público interno**

Autoridade de auditoria e controlo dos organismos intermédios

## **Controlo específico**

do ROC – validação da despesa e do pedido de pagamento do saldo final

## **Controlo Público Externo**

Nacional (Tribunal de Contas)

União Europeia (Tribunal de Contas Europeu)

## **Auto-controlo do beneficiário**



## **B. Organização e controlo instituídos pelo beneficiário do subsídio atribuído ao projeto.**

Organização documental

Candidatura

Contrato de financiamento

Orçamentos para a aquisição de bens e serviços e para a realização de empreitadas



ORDEM DOS  
REVISORES OFICIAIS  
DE CONTAS

Integridade. Independência. Competência.

Evidências da execução do projeto  
(física e financeira)

Dados sobre os consultores e sobre os  
responsáveis pela execução do projeto



# Intervenção dos consultores

Ideia da criação do projeto

Elaboração do projeto

Intervenção dos consultores noutros projetos do beneficiário de fundos europeus

Intervenção dos consultores noutras empresas do grupo

Avaliação do projeto





# Fluxos do projeto

## Orçamentais

Receitas

Despesas

## Monetários

Recebimentos

Pagamentos

## Financeiros

Valores a receber

Valores a pagar



ORDEM DOS  
REVISORES OFICIAIS  
DE CONTAS

Integridade. Independência. Competência.

# Opção pela constituição de um centro de custo

Receitas

Despesas



ORDEM DOS  
REVISORES OFICIAIS  
DE CONTAS

Integridade. Independência. Competência.

# **Pedidos de pagamento** (de reembolso das despesas efetuadas relativas à realização do projeto)



ORDEM DOS  
REVISORES OFICIAIS  
DE CONTAS

Integridade. Independência. Competência.

# Validação das despesas

Conformidade

Elegibilidade



ORDEM DOS  
REVISORES OFICIAIS  
DE CONTAS

Integridade. Independência. Competência.

# **Validação das despesas**

## Eventual intervenção do ROC



ORDEM DOS  
REVISORES OFICIAIS  
DE CONTAS

Integridade. Independência. Competência.

# **Enquadramento profissional do ROC para a realização do trabalho de validação de despesas**

## **Guias de aplicação técnica emitidas pela OROC**

# **Aspetos não abrangidos pelo ROC na validação das despesas**

Verificação física

Registo da titularidade dos bens adquiridos

Registo contabilístico da despesa na contabilidade do beneficiário

Eventual imputação da mesma despesa a vários projetos

Avaliação do projeto



# Condicionantes da análise da despesa imputada ao projeto

Acesso aos originais dos documentos de receita e despesa imputados ao projeto

Inexistência de conta bancária específica





# Demonstrações financeiras da entidade

Balanço

Demonstração de resultados (por natureza)

Anexo ao balanço e à demonstração de resultados

Demonstração de fluxos de caixa

<Demonstração de resultados (por funções)>



Demonstrações financeiras auditadas  
(atribuição exclusiva dos ROC)

Versus

Demonstrações financeiras não auditadas



# Demonstrações financeiras auditadas

Sociedades anónimas (obrigatório)

Sociedades por quotas, com conselho fiscal

Sociedades por quotas, em função da dimensão – art.º 262.º do CSC

Outras entidades (geralmente públicas) por previsão legal



# Demonstrações financeiras auditadas

Opinião do ROC = CLC

Opinião limpa

Opinião modificada (com reservas e/ou com ênfases)

Opinião adversa



ORDEM DOS  
REVISORES OFICIAIS  
DE CONTAS

Integridade. Independência. Competência.

# Sistema de controlo interno do beneficiário



ORDEM DOS  
REVISORES OFICIAIS  
DE CONTAS

Integridade. Independência. Competência.

# Conceito

**É um plano da organização e de um conjunto de procedimentos administrativos e contabilísticos visando determinados objetivos.**



ORDEM DOS  
REVISORES OFICIAIS  
DE CONTAS

Integridade. Independência. Competência.

# **Objetivos**

**Salvaguarda dos ativos da organização**

**Fiabilidade da informação financeira**

**Eficiência operacional**



ORDEM DOS  
REVISORES OFICIAIS  
DE CONTAS

Integridade. Independência. Competência.

# **Características**

**Atitude preventiva**

**Atitude de deteção**





## **Elementos essenciais**

Definição de autoridade e responsabilidade

Segregação de funções

Controlo das operações

Numeração de documentos

Adoção de provas e conferências independentes

Pessoal qualificado

Departamento de auditoria interna



# Limitações

Falta de interesse por parte da administração;

Dimensão da organização;

Existência de erros humanos;

Desadequação dos procedimentos aplicados;

Possibilidade de conluíus;

Mau uso da responsabilidade



## **A utilização da informática levanta novos problemas:**

Concentração de funções e conhecimentos

Concentração de programas e dados

Ausência de suporte documental de entrada



# A utilização da informática levanta novos problemas

Dificuldades de identificação do circuito documental

Ausência de *outputs* de controlo visíveis

Dificuldades de controlar o acesso a dados e programas



# **A utilização da informática levanta novos problemas**

Vulnerabilidade dos suportes de armazenagem de dados

Atuação em tempo final



ORDEM DOS  
REVISORES OFICIAIS  
DE CONTAS

Integridade. Independência. Competência.

# **C. Auditoria e fraude**



ORDEM DOS  
REVISORES OFICIAIS  
DE CONTAS

Integridade. Independência. Competência.

# D. Investigação da fraude

Análise por amostragem

*Versus*

Análise exaustiva



## **E. Indícios de fraude (a título exemplificativo)**

Não correspondência das faturas com os bens e serviços adquiridos

Notas de crédito não consideradas

Empolamento de custos relativos à execução de empreitadas

Aquisição de ativos tangíveis não titulados em nome da entidade





## **E. Indícios de fraude (a título exemplificativo)**

Execução física com sobre financiamento

Faturação falsa

Falsificação de documentos e de registos para apropriação indevida de fundos públicos



ORDEM DOS  
REVISORES OFICIAIS  
DE CONTAS

Integridade. Independência. Competência.

# **Colaboração da OROC**

**F. Designações oficiosas**

**G. Possível colaboração da Ordem com o  
Ministério Público**



ORDEM DOS  
REVISORES OFICIAIS  
DE CONTAS

Integridade. Independência. Competência.

# **Apresentação** de aspetos gerais dos trabalhos dos Revisores Oficiais de Contas

## **Trabalhos de Garantia de Fiabilidade**



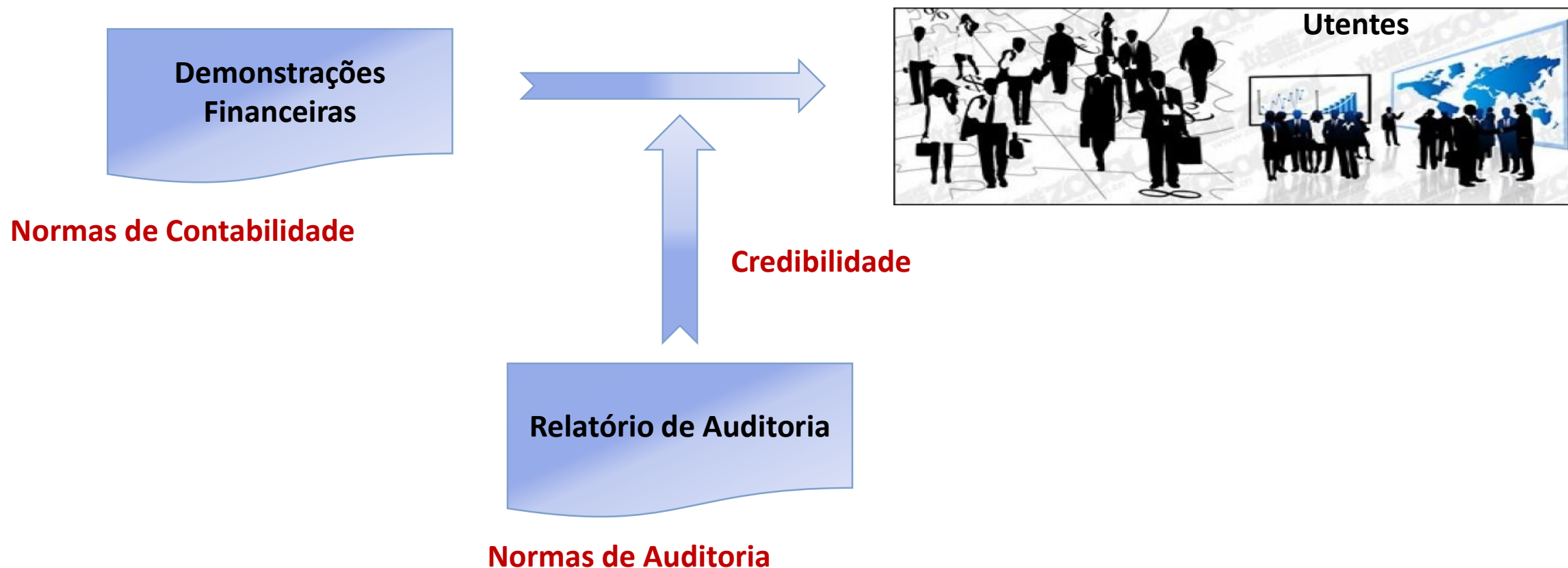
# Referencial para trabalhos de garantia de fiabilidade

## ❑ Elementos de um trabalho de garantia de fiabilidade

- Relacionamento tripartido
  - Parte responsável
  - Auditor
  - Utilizadores
- Matéria
- Critérios para a construção do relato sobre a Matéria
- Prova suficiente e apropriada
- Relatório do auditor



# Função da Revisão / Auditoria





## Normativo aplicável

---

- ✓ Leis nacionais gerais e Regulamentação Europeia
- ✓ Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria
- ✓ Código de Ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas
- ✓ Normas de Auditoria
  - Normas Internacionais de Controlo de Qualidade [ISQC]
  - Normas Internacionais de Auditoria [ISA]
  - Normas Internacionais de Trabalhos de Exame Simplificado [ISRE] e outras
  - Guias de Aplicação Técnica [GAT]



# ISA 200 – Objetivos gerais do auditor independente e condução de uma auditoria de acordo com as normas internacionais de auditoria

Responsabilidade da **Gerência**

Em relação à CONTABILIDADE e RELATO  
FINANCEIRO

Em relação ao CONTROLO INTERNO

Em relação à AUDITORIA

Analisar os acontecimentos e transações

Mensurar e registar as transações

Classificar e sumarizar os registos

Preparar Demonstrações Financeiras de acordo com o referencial  
contabilístico, incl. apuramento de estimativas

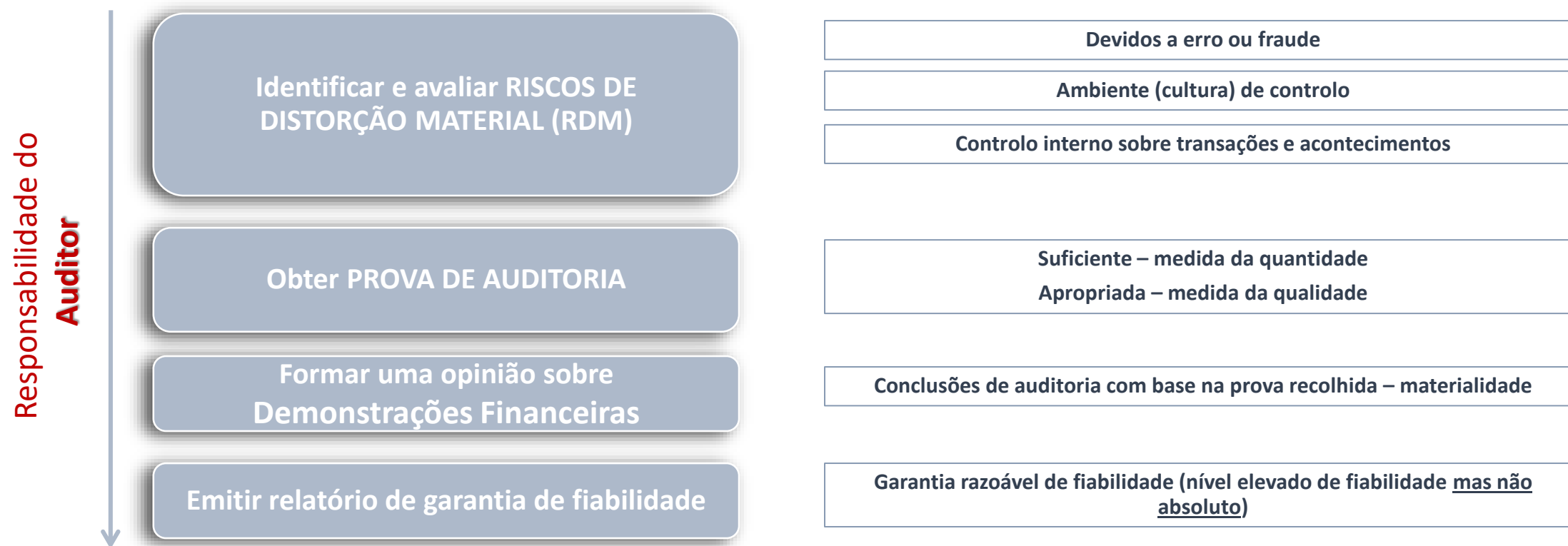
Que permita a preparação de Demonstrações Financeiras isentas de  
distorções materiais referentes a fraude ou erro

Proporcionar informação relevante ao auditor

Proporcionar o acesso sem restrições a pessoas da entidade



# ISA 200 – Objetivos gerais do auditor independente e condução de uma auditoria de acordo com as normas internacionais de auditoria







# O “caminho” da auditoria

---





# Referencial para trabalhos de garantia de fiabilidade

---

## ❑ Elementos de um trabalho de garantia de fiabilidade

- Relacionamento tripartido
  - Parte responsável
  - Auditor
  - Utilizadores
- Assunto
- Critérios para a construção do relato do assunto
- Prova suficiente e apropriada
- Relatório do auditor



# Referencial para trabalhos de garantia de fiabilidade

## ❑ Elementos de um trabalho de garantia de fiabilidade

Trabalhos de Garantia de Fiabilidade				Serviços Relacionados	
Natureza do trabalho	<b>Auditoria</b> de informação financeira histórica	<b>Revisão</b> de informação financeira histórica	<b>Outros</b> trabalhos de garantia de fiabilidade	<b>Procedimentos acordados</b>	<b>Compilações</b>
Garantia proporcionada pelo auditor	Garantia <b>razoável</b> (alta mas não absoluta)	Garantia <b>limitada</b>	Garantia <b>razoável</b> ou <b>limitada</b>	<b>Nenhuma</b> garantia de fiabilidade	<b>Nenhuma</b> garantia de fiabilidade
Forma de relato	Pela <b>positiva</b>	Pela <b>negativa</b>	Pela <b>positiva</b> ou <b>negativa</b>	Resultados factuais	Informação compilada

ACTIVO	31/dez/18	31/dez/17
<b>Activo não corrente</b>	10 340	10 896
<b>Activo corrente</b>		
Inventários	29 865	31 600
Clientes	18 957	16 210
Outras contas a receber	945	915
Diferimentos	432	427
Caixa e depósitos bancários	828	743
	51 027	49 895
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>61 367</b>	<b>60 791</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>		
<b>Capital próprio</b>		
Capital realizado	8 500	8 500
Resultados transitados	10 029	8 735
Resultado líquido do período	3 934	3 194
Total do capital próprio	<b>22 463</b>	<b>20 429</b>
<b>Passivo</b>		
<b>Passivo não corrente</b>		
Provisões		
Financiamentos obtidos	24 120	26 520
Outras contas a pagar	1 568	1 492
	25 688	28 012
<b>Passivo corrente</b>		
Fornecedores	4 720	4 432
Estado e outros entes públicos	916	639
Financiamentos obtidos	4 180	4 589
Outras contas a pagar	3 400	2 690
	13 216	12 350
<b>Total do passivo</b>	<b>38 904</b>	<b>40 362</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>	<b>61 367</b>	<b>60 791</b>



ORDEM DOS  
REVISORES OFICIAIS  
DE CONTAS

Integridade. Independência. Competência.

RENDIMENTOS E GASTOS	31/dez/18	31/dez/17
Vendas e serviços prestados	143 786	131 226
Custo das merc. vendidas e das matérias consumidas	-80 041	-73 376
Fornecimentos e serviços externos	-32 475	-29 656
Gastos com o pessoal	-23 180	-21 500
<b>Resultado operacional (antes de g. de fin. e impostos)</b>	<b>8 090</b>	<b>6 694</b>
Juros e gastos similares suportados	-2 409	-2 035
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>5 681</b>	<b>4 659</b>
Imposto sobre o rendimento do período	-1 747	-1 465
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>3 934</b>	<b>3 194</b>

# Anexo (cf. Portaria n.º 220/2015, de 24.7)

## **Nota 24 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas**

24.1 — Política contabilística adotada para os subsídios das entidades públicas

24.2 — Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio das entidades públicas de que diretamente se beneficiou

24.3 — As evidências que permitam concluir que a entidade cumpriu ou irá cumprir as condições associadas à atribuição do subsídio e que este será recebido e as condições ainda não satisfeitas e outras contingências ligadas ao apoio das entidades públicas que foram reconhecidas.



# Asserções

---

- ☐ Existência
- ☐ Plenitude
- ☐ Valorização
- ☐ ...

# CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS/RELATÓRIO DE AUDITORIA

## RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de.....(a) (a Entidade), que compreendem (b) a demonstração da posição financeira/o balanço em .....(c) (que evidencia um total de .... euros e um total de capital próprio (d) de ..... euros, incluindo um resultado líquido (d) de ..... euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

**Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de.... (a) em... (c) e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com... (e).**

...